

# RELATOS DE EXPERIÊNCIA

## Projeto interventivo: direito à aprendizagem e assunção aos direitos humanos e à cidadania

*Interventive project: right to learning and assumption of human rights and citizenship*

 Silvane Friebel \*

**Resumo:** O presente Relato de Experiência visa apresentar os exímios resultados do Projeto Interventivo *Vencendo as Barreiras da Alfabetização*, o qual consistiu em alfabetizar alunos de 3º ano do Ensino Fundamental na Escola Classe 01 da Vila Estrutural – Distrito Federal. Também por meio dele, objetiva-se demonstrar que intervenções pedagógicas pontuais e intencionais possibilitam a correção dessa necessidade de aprendizagem. Para tanto, o aporte teórico está posto na perspectiva da alfabetização para emancipação proposta por Pedro Demo (1994, 2001) e Benigna de Freitas Villas Boas (2004, 2010) entre outros. Outrossim, a proposta da aplicação do Projeto Interventivo adota abordagem qualitativa, considerando a realidade dos estudantes, em que pesem dificuldades enfrentadas e recorrentes do ensino público. Nessa ótica, apresentar-se-ão análises do processo sócio-histórico, e os resultados exitosos da alfabetização ocorrida com 115 estudantes, de um total de 317 matriculados no ano de 2022, os quais passaram de meros expectadores a escritores de sua própria história. Diante disso, constatou-se que, ao se desenvolver um projeto por professores dispostos à promoção do repensar das concepções e das práticas pedagógicas, torna-se tangível a educação emancipatória.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Emancipação. Cidadania. Direitos humanos. Intervenção pedagógica.

**Abstract:** This Experience Report aims to present the Interventive Project Overcoming Literacy Barriers, which consisted of teaching 3rd year students of Elementary School to read and write at Escola Classe 01 of Vila Estrutural – Federal District. Also, through this report, demonstrate that specific and intentional pedagogical interventions make it possible to correct this learning need. The theoretical contribution is based on the perspective of literacy for emancipation proposed by Pedro Demo (1994, 2001) and Benigna de Freitas Villas Boas (2004, 2010), among others. The proposed application of the Interventive Project adopts a qualitative approach, considering the students' reality. Despite the difficulties faced and recurring in public education, this project is developed by teachers who are willing to promote the rethinking of pedagogical concepts and practices, aiming to provide an emancipatory education. It is stated that, even with the vicissitudes of life, based on socio-historical process analyses, literacy occurred and, as a result, transformed 115 students, out of a total of 317 enrolled in the year 2022, from mere spectators to writers of your own story.

**Keywords:** Literacy. Emancipation. Citizenship. Human Rights. Pedagogical intervention.

---

\* Silvane Friebel é mestranda em Direitos Humanos e Cidadania no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, PPGDH - Universidade de Brasília, sob orientação do Professor Dr. Pedro Demo. Especialista em Educação à Distância e Psicopedagogia, graduada em Pedagogia e Biologia. Professora de Educação da Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico (UnB/CNPq). Contato: silvanefriebel@gmail.com

## Introdução

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/1996, em seu artigo 23, indica as modalidades com as quais o Estado poderá organizar a Educação Básica. Dentre elas, encontram-se os Ciclos ali ancorados. No Distrito Federal, a implantação dos Ciclos na SEEDF ocorreu em 2005, e foram concebidos como Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), cuja prerrogativa baseia-se na promoção de um trabalho pedagógico inovador voltado à alfabetização e ao letramento pleno e proficiente dos estudantes até o término do 3º ano.

Na modalidade, encontra-se alicerçado o Projeto Interventivo, que consiste em atender estudantes com necessidades de aprendizagens, os quais requerem atendimento específico e diferenciado. Para tanto, consideram-se os diversos níveis de aprendizagem e sua condição sociocultural, o que coaduna com saberes e com ensinamentos humanistas de Paulo Freire, alicerçados na LDB, em Teberosky e Tolchinsky (2001), Morin (2015), Mainardes (2007), Villas Boas (2004, 2010), Lukesi (2011), Demo (1994, 2001, 2018), bem como o Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Nessa ambientação pedagógica, está inserido o *Projeto Vencendo as Barreiras da Alfabetização* iniciado em 2018, na Escola Classe 01 da Vila Estrutural, situada em uma região de vulnerabilidade social. Ali, em um passado recente, abrigava-se um depósito de resíduos sólidos urbanos denominado “Lixão da Estrutural” (um dos maiores lixões a céu aberto da América Latina), situado a 15 quilômetros do centro do poder. Junto ao aglomerado de resíduos, muitas famílias com crianças alojaram-se e a educação como um direito social foi pleiteada. Porém, considerando a região e as dificuldades enfrentadas relacionadas às questões sociais e culturais, muitas crianças apresentavam necessidades de aprendizagem, no caso, a da alfabetização até o final do 3º ano.

Alinhado à filosofia do Projeto Interventivo, constituiu-se o método composto por momentos interdependentes: identificação ou problematização; elaboração do projeto; desenvolvimento; sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela escola e, por fim, a avaliação desses atendimentos e de suas respectivas metodologias aplicadas, considerando cada estudante.

Importa ressaltar a relevância e a necessidade do Projeto visto que a SEEDF avoca no seu documento orientador, o Currículo em Movimento da Educação Básica, que,

historicamente, a escola pública não incorporou de forma efetiva as demandas das classes populares, mesmo com a

democratização do acesso da maioria da população ao Ensino Fundamental. O indicador dessa incompletude da escola se revela por meio da não garantia das aprendizagens para todos de maneira igualitária (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 35).

Logo, fazia-se mister a implantação desse projeto para acender luz à necessidade de se garantir direito social humano, o direito à educação, como também comprovar que projetos interventivos ascensionais podem ser executados em escolas periféricas mesmo em meio às dificuldades encontradas na educação pública.

## 1. Fundamentação teórica: Ciclos de Aprendizagem

Para Teberosky e Tolchinsky (2001), não há diferença em ler e escrever, pois esses atos têm disparidades que vão muito além da alfabetização e estão associadas a aspectos sociais e econômicos determinantes no acesso e plenitude do direito à educação e à aprendizagem.

Nesse sentido, faz-se necessário atentar para mudanças no modelo educacional que oportunizem melhores condições para que as crianças dominem a leitura e a escrita por meio do ensino que recebem na escola. Para Morin (2015),

[...] podemos fazer mudanças progressivas na direção da personalização, colaboração e autonomia ou mais intensas ou disruptivas. Só não podemos manter o modelo tradicional e achar que com poucos ajustes dará certo. Os ajustes necessários – mesmo progressivos – são profundos, porque são do foco: aluno ativo e não passivo, envolvimento profundo e não burocrático, professor orientador e não transmissor (MORIN, 2015, p.8).

Pensando nas mudanças, a implantação dos Ciclos na SEEDF, em 2005, intencionou defender<sup>1</sup> a assunção de uma educação melhor, menos excludente e mais inclusa, focada na diminuição do quadro de fracasso escolar. Contudo, há muito por perquirir com os Ciclos, especialmente a efetivação dessa política em sala de aula e sua interpretação à luz das reais perspectivas atribuídas a ela, como a formação continuada dos professores, por exemplo.

Mainardes (2007) evidencia que, como forma de superar o fracasso escolar e os elevados índices de reprovação, houve assertivas emergentes dos Ciclos de Aprendizagem no Distrito Federal. Tais postulações visam uma forma de inovação educacional, com caráter mais democrático e menos seletivo, visando garantir a todos os estudantes a apropriação do conhecimento da forma mais ampla, exitosa e no menor tempo possível.

Em uma perspectiva freireana, é imprescindível enxergar a escola como um espaço de ações coletivas. É fundamental também ter como objetivo uma análise

crítica para localizar pontos vulneráveis que precisam de modificações e, a partir disso, rever essas práticas para superá-las com atividades que provoquem o engajamento, a motivação, o vínculo e o pertencimento à escola.

## 2. Projeto Interventivo

No processo de formação humana, analisar a realidade, perseguir valores como igualdade, oportunidade, democracia, cidadania e participação não podem ser ações folclóricas para a escola. Por essa razão, ela tem a função de promover a aquisição de conhecimentos, comportamentos, habilidades e valores, os quais autorizam o sujeito a ter uma vida social plena, além de formar capital humano para permitir o aumento da renda individual e, conseqüentemente, a ascensão econômica em sociedade.

Pensando na garantia do direito à aprendizagem, o Projeto Interventivo é uma estratégia de intervenção pedagógica, cuja finalidade é atender aos diversos níveis de aprendizagem de estudantes agrupados em salas pelo critério etário. Ele apresenta características próprias e precisa fazer parte do Projeto Político-Pedagógico<sup>2</sup> da escola.

Nessa perspectiva, é importante entender como esses dois instrumentos podem transformar a realidade dos estudantes e da comunidade em que a escola está assentada. Como aponta Demo (1994),

é fundamental acentuar que planejamento participativo não pode esconder sua tessitura típica de proposta de intervenção na realidade. Todo planejamento significa intervenção, pois parte da convicção de que é possível direcionar o curso da história, pelo menos em parte. O que diferencia planejamento participativo de outros não é uma pretensa supressão da intervenção, mas atitude alternativa ante a intervenção: consciente de que é intervenção, trata de reduzi-la, compondo uma cena de atores produtivos na qual a discriminação entre sujeitos e objetos diminua ao mínimo possível. Planejamento participativo, em termos realistas e dialéticos, é aquele que democratiza a intervenção. Como na democracia, não se suprime o poder, mas se busca domesticar o poder, por meio de controles federativos (DEMO, 1985c; MOTTA, 1981) (DEMO, 1994, p. 90-91).

Avançando na discussão desse instrumento valioso, o Projeto Interventivo, Villas Boas (2004) afirma que é preciso pautar-se na avaliação para as aprendizagens para que seja possível identificar o que os estudantes já aprenderam e o que ainda não. Desse modo, intervenções pedagógicas pontuais, valorizando as dimensões técnica, social, afetiva, política e ética, podem ser promovidas para que se prossiga avançando no processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, é fundamental que os estudantes estejam acompanhados por profissionais qualificados. Morin (2015) é enfático nesse sentido quando aponta que,

nas etapas de formação, os estudantes precisam de acompanhamento de profissionais mais experientes para ajudá-los a tornar conscientes alguns processos, a estabelecer conexões não percebidas, a superar etapas mais rapidamente, a confrontá-los com novas possibilidades. Quanto mais aprendamos próximos da vida, melhor (MORIN, 2015, p.4).

O Projeto Interventivo tem muitos potenciais que podem transformar o trabalho pedagógico da escola em espaço de reflexão, debate e desenvolvimento de atividades originais e autorais. A intervenção pressupõe investigação, produção e inovação. Logo, por meio do Projeto Interventivo, é possível resolver o problema da alfabetização de certa parcela de estudantes.

## 3. Metodologia

O percurso metodológico adotado para compor o relato de experiência foi apoiado na abordagem qualitativa, um processo enriquecedor para o objeto estudado, pois ocorre naturalmente por meio de múltiplas interações humanas, através das quais a contextualização sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/ reinterpretação são processos possíveis de serem evidenciados (THOMPSON, 1995, p. 414 *apud* DEMO, 2001, p. 75).

Nessa perspectiva, a contextualização sócio-histórica denuncia uma região de vulnerabilidade social do Distrito Federal: a Cidade Estrutural. Situada a 15 quilômetros do centro do poder, a duras penas, essa localidade desempenhou um papel fundamental na luta por seus direitos desde a sua formação.

Em relação à organização e à caracterização da área do estudo, o lócus da pesquisa desenvolveu-se na escola Classe 01 da Vila Estrutural- DF, pertencente à Coordenação Regional de Ensino do Guará, e os sujeitos constituídos foram estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental no ano de 2022 que não se encontravam alfabetizados ao final do 2º ano, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A estruturação da aplicação do Projeto baseou-se em Villas Boas (2010), desenvolvendo, para tal, cinco momentos interdependentes:

- **Identificação ou problematização:** identificação dos estudantes que necessitavam de intervenção para que as aprendizagens ocorram;
- **Elaboração do projeto:** momento destinado à escrita personalizada do projeto a ser aplicado

naquele período letivo, considerando as informações levantadas no momento anterior;

- **Desenvolvimento:** registro escrito das ações realizadas, incluindo as atividades aplicadas e o desenvolvimento do estudante;
- **Sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela escola:** momento destinado à avaliação contínua do projeto globalmente pela unidade escolar. Verificação do projeto, se ele estava a atender de forma eficaz os estudantes. Momento de trocas, sugestões e ajustes;
- **Encerramento:** avaliação do desenvolvimento dos estudantes e consolidação da aprendizagem.

Nesse cenário, a coleta de dados deu-se por meio da atuação dessa professora/pesquisadora no Projeto Interventivo, que utilizou como instrumentos os testes da psicogênese e as atividades aplicadas durante o percurso do estudante. Os testes da psicogênese<sup>3</sup> foram aplicados no início do projeto com o objetivo de pesquisar o nível de alfabetização de cada estudante e assim definir e nortear os atendimentos. E, ao final, para verificar a consolidação da alfabetização. Nesse ínterim, as atividades aplicadas foram avaliadas e ajustadas para cada estudante, individualmente, considerando sua necessidade.

Nesse sentido, os dados relacionados às amostras quantitativas de estudantes atendidos foram formalizados e submetidos a uma interpretação ostensiva. É importante entender que o próprio dado já é um resultado teórico, naturalmente exposto ao apelo ideológico (DEMO, 2001). Durante toda a etapa metodológica, atentou-se, também, aos termos da Resolução nº 466/2012<sup>4</sup>, e da Resolução nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Para tanto, a amostra foi composta por 118 estudantes, atendidos no Projeto Interventivo *Vencendo as Barreiras da Alfabetização*, de 317 matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Classe<sup>5</sup> 01 da Vila Estrutural, no ano de 2022. Nesse contexto, foi elaborado o presente relato de experiência cujos resultados e discussões seguem na próxima seção. Sob os preceitos galvanizados de Paulo Freire, a metodologia do Projeto em tela operou a alfabetização como assunção aos direitos humanos e cidadania, ancorando-se em três momentos: a constituição da investigação (centralidade de debates permeados pelo educador e educando); a tematização (busca do autêntico e crítico significado social, a fim de que o estudante tome consciência da sua realidade) e a problematização (aspira-se superar a investigação, considerando como ponto de partida uma visão crítica da realidade).

## 4. Resultados e discussões

Ao longo desse percurso, foi perceptível a necessidade do acolhimento de estudantes que apresentam necessidades em seu processo de alfabetização e precisam ter o direito à aprendizagem consolidado.

De certo modo, intenciona-se com o Projeto suprir o que o curso regular não consegue por diversos fatores, como: salas lotadas, espaço inadequado e insuficiência de formação de professores, além das limitações sociais dos estudantes, um quesito importante a ser observado, porque influencia diretamente na aprendizagem.

O ano de 2022, marcado pela pós-pandemia, aprofundou ainda mais o fosso que existia entre o direito de aprender e a aprendizagem. Muitos estudantes, que já apresentavam necessidades de aprendizagem, ficaram ainda mais defasados. Por esse motivo, a relevância de intervenções pedagógicas tornam-se eticamente obrigatórias, a fim de garantir esse direito. Nessa perspectiva, são apresentados os resultados alcançados com o Projeto aplicado.

### 4.1 Apresentação dos resultados

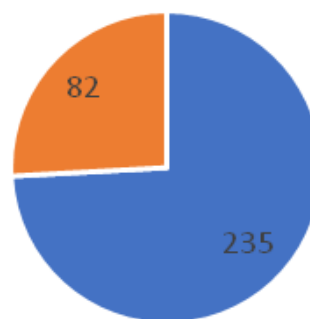
#### 1º semestre de 2022

De 317 alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, 82 estudantes acessaram o Projeto Interventivo, o que significa que 25,87% dos estudantes apresentavam necessidades de aprendizagem.

O Projeto obteve um índice de 75,61% de aproveitamento no 1º semestre de 2022. Dos 82 alunos atendidos, 20 não alcançaram a meta e foram reconduzidos ao Projeto, o que corresponde a 24,39% que não suprimam as necessidades de aprendizagem.

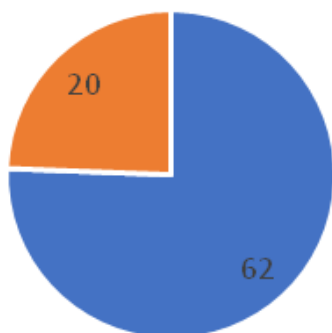
Considerando os 317 estudantes matriculados no 3º ano, apenas 6,31% do total inicial não suprimam as necessidades de aprendizagem no 1º semestre de 2022,

Gráfico 1. Acesso dos estudantes ao Processo Interventivo no 1º semestre/2022



Fonte: compilado pelo autor.

Gráfico 2. Índice de aproveitamento dos estudantes ao Projeto Interventivo no 1º semestre/2022



Fonte: compilado pelo autor.

ou seja, 20 alunos. O levantamento desses estudantes deu-se por meio de testes e atividades e, contemplados pela avaliação formativa, continuaram no Projeto no 2º semestre letivo de 2022.

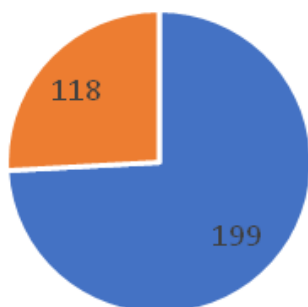
### 2º semestre de 2022

No 2º semestre de 2022, foram atendidos 56 estudantes de um total de 317 matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja, 17,67% dos estudantes apresentavam necessidades de aprendizagem (Gráfico 3).

### 4.2 Resultado final do Projeto Interventivo do ano de 2022: análise quantitativa e qualitativa

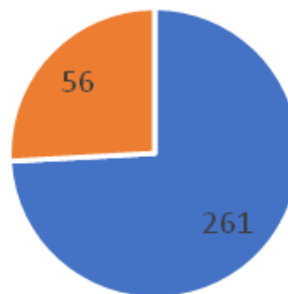
Partindo da premissa de que a função social da escola se encontra em incentivar e proporcionar a aquisição da aprendizagem do estudante, Villas Boas (2010) ensina que é preciso promover o repensar de concepções e práticas pedagógicas a fim de oportunizar um ambiente dinâmico e inclusivo para atender os estudantes que ainda não consolidaram a alfabetização. Partindos

Gráfico 4. Total de estudantes atendidos no Projeto Interventivo em 2022



Fonte: compilado pelo autor.

Gráfico 3. Atendimentos dos estudantes no Processo Interventivo no 2º semestre/2022



Fonte: compilado pelo autor.

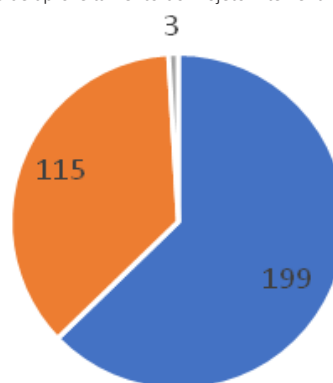
ensinamentos da autora, seguem os frutos do Projeto Interventivo *Vencendo as Barreiras da Alfabetização*, da Escola Classe 01 da Vila Estrutural, no ano de 2022.

Dos 317 alunos matriculados no Ensino Fundamental em 2022, 118 foram atendidos no Projeto, ou seja, 37,22% dos estudantes apresentaram necessidades de aprendizagem nesse ano letivo (Gráfico 4).

Dos 118 alunos frequentes no Projeto Interventivo de 2022, apenas 3 não obtiveram êxito. Isso implica dizer que 2,54% não supriram as necessidades de aprendizagem e, portanto, não avançaram para o 4º ano. Logo, é possível afirmar que Projeto atingiu um índice de aproveitamento de 97,46% (Gráfico 5).

Quanto aos resultados qualitativos e quantitativos, o Projeto Interventivo serviu-se para o alcance de um índice satisfatório em relação ao que é orientado nos Eixos Transversais do Currículo em Movimento da SEE-DF<sup>6</sup>. A importância dos Eixos reside na contribuição com a organização curricular para o trabalho pedagógico e na intenção de emancipação pelo conhecimento, considerando as relações de poder nos diferentes espaços educacionais produzidos através de relações de assimetria e desigualdade (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Gráfico 5. Índice de aproveitamento do Projeto Interventivo



Fonte: compilado pelo autor.

Os resultados evidenciam que o Projeto Interventivo, com um índice de 97,46% de aproveitamento, é uma prática pedagógica emancipatória, que traz benefícios à comunidade escolar, uma vez que a educação é modeladora da cidadania. Por conseguinte, desde que pensada na integralidade, no coletivo e considerando a sua realidade, a educação tem papel fundamental e indispensável na cidadania popular.

Nessa perspectiva, uma boa educação pública resolve o problema da pobreza política, pois, se uma criança tem acesso a uma boa aprendizagem, terá boas chances de mudar de vida. Incontestavelmente, a escola é um marco na sua vida e isso repercute na cidadania, já que uma educação crítica emancipa e a põe para fora do sistema de espoliação.

## Considerações finais

A educação brasileira, ao longo dos anos, buscou mudanças com o objetivo de melhorar sua estrutura. Desde a instituição da nova LDB, e com a insurgência do neoliberalismo, a escola pública foi apartada e sucateada, ao mesmo tempo em que o Estado concedeu liberdade para que o ensino privado fosse ofertado sem medida.

Entre as intenções de melhoria na educação brasileira, implantaram-se os Ciclos de Aprendizagem, os quais não conseguiram ainda alcançar efetivamente o que propunham. A sua implantação não superou o instrucionismo, e tampouco disponibilizou condições físicas, materiais, financeiras e de formação docente intensiva.

Assim, a não alfabetização tem perdurado nas regiões menos favorecidas. Com efeito, mesmo os Ciclos democratizando o acesso da educação à maioria da população, há muito ainda a se perseguir. Nesse contexto, os estudantes da Cidade Estrutural precisam ser alfabetizados e saírem da zona do incisivo fracasso escolar que atinge sumariamente as classes menos favorecidas, personificadas por pobres, pretos e, na sua

maioria, nordestinos que buscavam uma nova vida na “Capital da Esperança”.

Não se pode continuar considerando a educação a partir de um caráter reducionista, apenas como transmissora de saberes prontos e acabados. Ela precisa ser insurgente para um trabalho cuidadoso e responsável. Nesse viés, os documentos orientadores da SEEDF, em especial o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF (Eixos Transversais – Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos), objetivam que a formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos, esforçando-se por promover o empoderamento de grupos e indivíduos situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo sua organização e participação.

Em relação aos resultados e discussões, e consoante à premissa de que todos têm direito à educação, observa-se como experiência exitosa a iniciativa do Projeto Interventivo na Escola Classe 01 da Vila Estrutural, o qual atendeu 118 crianças não alfabetizadas do 3º ano do Ensino Fundamental em 2022. Esse atendimento, regido por professoras que atuaram com ética, respeito, abnegação, resiliência e que prezam por “encher o estudante de aprendizagem e não os entupir de aula” (Demo, 2018, p.85), foi crucial para que 97,46% dos estudantes pudessem avançar com sucesso no processo de aquisição da alfabetização plena e proficiente.

Por essa razão, e pautado na literatura, com a aplicação do *Projeto Interventivo Vencendo as Barreiras da Alfabetização*, advoga-se para um bem maior: alfabetizar o estudante como uma forma de inclusão social, considerando suas marcas identitárias, de progressão continuada e de redução do fracasso escolar.

Utilizando-se de todas as estratégias possíveis, bem como os tempos, espaços e formas de avaliações flexibilizadas, o Projeto Interventivo atua no sentido de que aconteça de fato a tão almejada alfabetização e para que se equalizem as desigualdades sociais de forma basilar. ■

## Notas

<sup>1</sup> Em educação – em um período de tantas mudanças e incertezas - não devemos ser xiitas e defender um único modelo, proposta, caminho (MORAN, 2015, p.11).

<sup>2</sup> Veiga (1998) de forma clara e objetiva aponta que o PPP é um instrumento que permite a participação e a decisão de todos, organiza o trabalho pedagógico, direciona os projetos da escola, e, por conseguinte, firma um compromisso visando à formação do cidadão.

<sup>3</sup> É uma teoria que estuda como se organiza o pensamento das crianças durante a aprendizagem da leitura e da escrita, concebendo-as como protagonistas desse processo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1984).

<sup>4</sup> Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

<sup>5</sup> Escola da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (SEEDF).

<sup>6</sup> A SEEDF, em seus pressupostos teóricos do Currículo em Movimento do Distrito Federal, assegura a identidade dinâmica do documento quando, ao se propor em movimento, prevê a necessidade de ser avaliado permanentemente, nos contextos das escolas e das salas de aula (disponível em <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/>). Acesso em 16 de março de 2023.

## Referências

- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação, Brasília, 1996.
- DEMO, Pedro. **Atividades de aprendizagem**: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, 2018.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2001.
- DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papirus, 1994.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Pressupostos Teóricos, 2018.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **A pesquisa e o acontecimento**: compreender situações, experiências e saberes acontecimentos. Salvador: Edufba, 2016.
- MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORIN, Edgar. Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens.v. II, Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (Orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.
- TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. **Além da alfabetização**: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 2001.
- VILLAS BOAS, Benigna de Freitas. **Projeto de intervenção na escola**: mantendo as aprendizagens em dia. Campinas: Papirus, 2010.
- VILLAS BOAS, Benigna de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Papirus, 2004.